

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIENCIAS CONTABEIS

SÉRGIO MANOEL SOARES SILVA

DESONERAÇÃO FISCAL: VANTAGENS, DESVANTAGENS E DESAFIOS PARA A
ATIVIDADE EMPRESARIAL NA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE GUAJARÁ-
MIRIM, RONDÔNIA.

Trabalho de Conclusão do Curso
Artigo Científico

Cacoal - RO.
2014

SERGIO MANOEL SOARES SILVA

**DESONERAÇÃO FISCAL: VANTAGENS, DESVANTAGENS E DESAFIOS À
ATIVIDADE EMPRESARIAL NA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE GUAJARÁ-
MIRIM, RONDÔNIA.**

Artigo apresentado à Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles como requisito para aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso na disciplina de artigo em Ciências Contábeis/Controladoria sob a orientação do Professor Ms. Charles Carminati de Lima.

**Cacoal - RO
2014**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “Desoneração fiscal: vantagens, desvantagens e desafios para a atividade empresarial na área de livre comércio de Guajará-Mirim, Rondônia”, elaborado pelo acadêmico Sérgio Manoel Soares Silva, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

Prof. Ms. Charles Carminati de Lima
Presidente

Profa. Dra. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira
Membro

Profa. Dra. Eleonice de Fátima Dal Magro
Membro

Média

Cacoal – RO
2014

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que me concedeu vida e a oportunidade de realizar este sonho. A minha família, principalmente minha mãe Francisca Soares de Freitas Souza que me compreendeu e me deu forças por inúmeras vezes durante esta jornada. À minha patroa Adriana Caron Bonfá e aos meus colegas de serviço pelo apoio e compreensão às vezes que precisei ausentar do trabalho à realização da pesquisa.

Aos meus amigos que fizeram parte de uma fase a ser lembrada para a vida inteira. Ao meu orientador, pela sua contribuição que com muita propriedade deu-me um rumo certo. Assim, como todos os professores que participaram da banca examinadora, no qual fizeram suas devidas considerações e melhoria desta pesquisa.

DESONERAÇÃO FISCAL: VANTAGENS, DESVANTAGENS E DESAFIOS PARA A ATIVIDADE EMPRESARIAL NA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE GUAJARÁ-MIRIM, RONDÔNIA.

Sergio Manoel Soares Silva¹

RESUMO: Os incentivos tributários estão previstos na legislação brasileira como forma de estímulo para o desenvolvimento de uma região e poderá ser concedido através de parcerias entre as iniciativas públicas e privadas na contribuição para o desenvolvimento, intelectual, cultural e econômico do País. A presente pesquisa teve por objetivo, identificar a percepção dos empresários acerca das vantagens, desvantagens e desafios enfrentados na Área de Livre Comércio (ALC) de Guajará-Mirim, Rondônia e as formas de tratamento fiscal previstas na legislação pertinente para este fim. Dentre os resultados, o estudo evidenciou que a concessão do benefício da desoneração fiscal e a redução da carga tributária foi o principal motivo para as empresas se instalarem na ALC. **A pesquisa de campo abrangeu 62 empresários ligados diretamente à Associação Comercial e industrial de Guajará Mirim (ACISGM).** Entre as desvantagens apontadas pela pesquisa está à falta de políticas públicas de infraestrutura logística para a região e para o escoamento da produção, a falta de qualificação profissional para o comércio e serviços e ações que incentivem a cultura e o turismo no Município.

PALAVRAS - CHAVE: Desoneração Fiscal, Atividade Empresarial, Área de Livre Comércio.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Gonçalves (2010), a educação fiscal visa a conscientização da sociedade sobre a função do Estado em arrecadar tributos e a obrigação do contribuinte em cumprir o seu papel social: o de recolher os tributos. Neste sentido, o autor afirma que a relação do contribuinte com o Estado perfaz a compreensão de três aspectos importantes: a) qual a sua participação contributiva na arrecadação, b) para que serve a arrecadação c) qual a destinação destes tributos. Para o autor é desta maneira que o cidadão poderá colaborar com o Estado exercitando a cidadania e a consciência para a educação fiscal. Para Farias (2011), a utilização do incentivo fiscal no planejamento tributário diz respeito à utilização do incentivo num bom planejamento, visando reduzir o custo das empresas.

No que diz respeito a incentivos fiscais, a exemplo da isenção e como forma de desenvolver uma região, o Estado de Rondônia, mediante políticas de desenvolvimento regional, criou a área de livre comércio de Guajará-Mirim (ALC) através da lei N° 8.210, de

¹ Acadêmico concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* - Professor Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob a orientação do Professor Ms. Charles Carminati de Lima

19 de Julho de 1991, concedendo a isenção de impostos para as mercadorias consumidas, revendidas ou industrializadas em Guajará-Mirim (RONDONIA, 1991). Para Stromdahl (2006) esse estímulo poderá ser concedido através de benefícios a exemplo do incentivo fiscal, que é uma parceria entre as iniciativas públicas e privadas para contribuição do desenvolvimento intelectual, cultural e econômico do País.

Por ser o Município de Guajará-Mirim uma área de incentivo fiscal no Estado de Rondônia, este artigo de pesquisa procurou responder a seguinte problemática: Qual a percepção dos empresários acerca das vantagens, desvantagens e desafios enfrentados na prática empresarial na Área de Livre Comércio (ALC) de Guajará-Mirim a partir da desoneração fiscal concedida pelo convênio 65/1988, estendida pelo convenio 52/1992 (SUFRAMA, 2013)?

Um dos principais objetivos é verificar a percepção dos empresários da área de livre comércio desta região acerca das vantagens, desvantagens e desafios enfrentados a partir da desoneração fiscal concedida pelos convênios 65/88 e 52/92. E como identificou as formas de tratamento fiscal previstas na legislação pertinente para a área de livre comércio (ALC) de Guajará Mirim; Investigou a motivação dos empresários para a prática do empreendedorismo na (ALC) e analisou a percepção dos empresários, acerca das vantagens, desvantagens e desafios enfrentados na atividade empresarial na ALC desta região.

A pesquisa tem por finalidade identificar a percepção dos empresários acerca das vantagens, desvantagens e desafios enfrentados na Área de Livre Comércio (ALC), pois a mesma foi realizada com os empresários associados junto à Associação Comercial e Industrial de Guajará-Mirim (ACISGM).

O tema vem sendo discutido, principalmente pela grande relevância em obter conhecimento a respeito da desoneração fiscal, identificando a percepção e o nível de consciência dos empresários atuantes na área de livre comércio (ALC) referente ao tema, buscando evidenciar informações acerca do conhecimento dos empresários acerca das vantagens em atuar principalmente no ramo comercial da área de livre incentivo, a exemplo da Guajará-Mirim.

O tema vem sendo discutido, principalmente pela grande relevância em obter conhecimento acerca da desoneração fiscal, identificando a percepção e o nível de consciência dos empresários atuantes na área de livre comércio (ALC) de Guajará Mirim, com relação ao tema, buscando evidenciar informações em torno do conhecimento dos empresários a respeito das vantagens em atuar principalmente no ramo comercial da área de livre incentivo, a exemplo de Guajará-Mirim.

Nesta perspectiva, a pesquisa justificou-se em primeiro lugar, pela necessidade do conhecimento da matéria tributária que dispõe o decreto 16.411/2011, o convênio ICMS 65/88, lei 10.996/2004 e o decreto federal 7.212/2010, que incentivam as mercadorias com destino à área de livre comércio (ALC) da cidade de Guajará-Mirim – RO e pela grande necessidade da discussão quanto a percepção e o nível de consciência dos empresários com relação ao tema.

Utilizou-se do método de pesquisa de campo, onde contemplou o ambiente e a classificação da pesquisa, o método, a abordagem da pesquisa, o universo e por fim o tratamento aos dados.

O estudo evidenciou que a concessão do benefício da desoneração fiscal quanto a prática empresarial no município com redução da carga tributária, principalmente do ICMS foi o principal atrativo para as empresas atuarem na ALC do município e, destacou a percepção dos empresários a respeito do conhecimento da legislação estadual utilizada para o incentivo no município, além de demonstrar as estratégias das empresas no repasse do recurso para as mercadorias comercializadas na região incentivada.

Por outro lado, a pesquisa mostrou que entre as desvantagens e desafios enfrentados para os próximos anos estão à falta de políticas públicas de infraestrutura, logística, qualificação profissionais e incentivos culturais que estimulem o turismo e a melhoria nos serviços oferecidos à população em geral.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está dividido em 03 seções de maneira a apresentar a literatura pertinente ao tema do trabalho: a educação fiscal e o contribuinte no Brasil; as políticas de incentivo fiscal no cenário nacional; a desoneração como forma de incentivo fiscal; conceitos e aplicações.

2.1 A EDUCAÇÃO FISCAL E O CONTRIBUINTE NO BRASIL

A Constituição de Federal de 1988 em seu artigo 1º destaca como fundamentos a cidadania (BRASIL, 2013). Santos (1999) conceitua a cidadania como uma relação jurídico-político entre um indivíduo e o Estado mediante um conjunto de direitos e obrigações.

Conforme Coelho e Santi (2013) diante da relação entre cidadão e estado tem-se o cidadão como um contribuinte. E, no Brasil, o maior um dos problemas está na relação entre Estado e contribuinte, onde o contribuinte no Brasil não tem a prática da cidadania fiscal.

Assim, tendo como prática a evasão fiscal, a mentalidade de todos precisa mudar para que haja uma melhor relação entre fisco e contribuinte. E assim, conforme Coelho e Santi (2013) o que precisa mudar é a mentalidade tanto dos contribuintes na questão ética moral e fiscal, quanto nos órgãos públicos que atuam neste meio na questão educativa, para que assim possam demonstrar ao cidadão o quanto a sua prática correta da legislação traz benefícios à sociedade.

Para Casses (2010), a cidadania fiscal está em obedecer a lei e praticar a ética que existe em cada cidadão obedecendo aos conceitos da legislação, onde a mesma é a junção e a prática dos direitos e garantias políticos sociais e econômicos fundamentais do contribuinte.

Assim, Casses (2010) tem-se uma relação caracterizada pela transparência e ética fiscal, transparência do fisco na aplicabilidade dos recursos e ética do contribuinte no cumprimento da lei.

Siqueira e Ramos (2006) afirma que o contribuinte brasileiro não tem uma boa relação com o Estado no que se refere à ética fiscal, ou seja, não cumpre as leis, sendo que estas visam à arrecadação de tributos. Enquanto que as autoridades fiscais encontram dificuldades no cumprimento das leis, o pagamento dos tributos. Segundo Siqueira e Ramos (2006) há certa aceitação social quanto ao comportamento da evasão fiscal visto como natural.

Siqueira e Ramos (2006) diz que o contribuinte brasileiro é conhecedor de seus atos e dos riscos que uma evasão fiscal pode lhe ocasionar, porém, mesmo assim decidem correr esse risco. Na verdade há na sociedade uma séria crise de valores morais e éticos, onde sobrevive a descrença geral nas instituições, especificamente no que diz respeito coisa pública. Esta descrença talvez seja alvo de um longo período de injustiça social e da falta da consciência do indivíduo enquanto cidadão. A população ainda apresenta certa aversão quando se trata da questão tributária. De um lado ela encontra certa resistência em cumprir com suas obrigações, do outro lado cobra do Estado mais eficiência, pois, quer ver o dinheiro público melhor empregado afinal todos os dias ela vê maus exemplos sobre o seu uso, principalmente no que diz respeito à corrupção.

Para Galvão (2011) a educação fiscal conscientiza o cidadão sobre o exercício da cidadania, e apresenta o papel socioeconômico do tributo, em que se constata o quanto a arrecadação é essencial ao Estado para que serviços de qualidade, concernentes à educação, à saúde e à segurança, sejam disponibilizados aos menos favorecidos e desse modo, as iniquidades sociais existentes possam diminuir.

2.1.2 A educação fiscal como forma de conscientização social.

Para Grzybovski e Hahn (2006), a educação fiscal na questão tributária é o início para o combate contra a evasão fiscal, no Brasil a educação fiscal é vista como algo de pouca importância, a tributação e todos os seus elementos e conteúdos sociais são tidos como desobrigados de qualquer entendimento pelo cidadão, tanto quanto pelo próprio Estado, onde órgãos públicos dão informações mínimas sobre a tributação e a sua função na vida das pessoas e das empresas, as informações mais importantes sobre as finanças públicas principalmente os gastos do governo não são levadas ao conhecimento do cidadão, ou seja, o próprio contribuinte. Segundo Grzybovski e Hahn (2006), vários programas sociais de conscientização estão sendo criados no Brasil, ressaltam ainda que estes programas são importantes na orientação do cidadão e também para que os mesmos possam cobrar dos governos quando for preciso.

A educação fiscal tem que objetivar a sociedade um pensamento crítico em relação à função socioeconômica do tributo, segundo a Portaria da Receita Federal do Brasil nº 896 (2012), as atividades relacionadas à educação fiscal têm como um de seus objetivos promover a moral tributária do cidadão, esclarecendo a função socioeconômica do tributo. A Portaria se preocupa com esclarecimentos e apoio acerca da educação fiscal especialmente aos estudantes universitários (BRASIL, 2012).

2.2. AS POLÍTICAS DE INCENTIVO FISCAL NO CENÁRIO NACIONAL

Para Rodrigues (2005), o incentivo fiscal está ligado à base de estímulo, incitar ou despertar algo. Estes estímulos segundo o autor são criados pelo governo com o intuito de promover o desenvolvimento, com parcerias entre as iniciativas públicas e privadas a determinado setor de interesse no País. Assim entende Rodrigues (2005), que o incentivo fiscal seja a renúncia de determinado tributo pelo fisco, onde com a concessão do benefício o Estado deixa de auferir uma receita.

Considerando as características da renúncia de receita, a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2010, em seu artigo 14, faz algumas imposições ao legislador para a concessão de benefícios tributários: (BRASIL, 2010).

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.

Filho Amaral (2010) concorda com a prática do incentivo fiscal, o mesmo diz que o incentivo concedido a determinada região está ligado ao problema que aquela região tem em relação a outras regiões no campo do desenvolvimento precisando assim de algo atrativo para desenvolver-se. Assim, as entidades públicas através de incentivos fiscais procuram atrair empresas para estas regiões com a visão de desenvolvimento das mesmas. O autor atenta que no Brasil ainda há regiões atrasadas em relações a outras regiões, que mesmo com recursos do governo não consegue um desenvolvimento no mesmo ritmo de outras regiões, necessitando assim de uma atenção especial do Estado.

2.2.2 As Políticas de incentivos na região norte do Brasil

Conforme Biral e Cruz (2012), a criação da Zona Franca de Manaus e as áreas de livre comércio e regiões do Brasil, foi um benefício para o desenvolvimento desta região, diante deste fator o Governo procurou equilibrar o atraso no avanço desta região para com as outras através da concessão de benefícios fiscais, pois através dos benefícios as grandes indústrias se deslocavam para essas áreas, gerando assim desenvolvimento no local. Biral e Cruz (2012) destaca que a implantação dos incentivos na região norte foi devida à estagnação do ciclo da borracha, assim o governo procurava novamente alavancar o desenvolvimento da região atraindo grandes empresas para esta região com a concessão destes benefícios fiscais.

Neste sentido Ferreira (2013), afirma que a criação dos incentivos fiscais foram capaz de permitir a instalação de empresas de grande porte na região, pois em outras regiões tinham custo agravado em virtude da alta carga tributária, segundo o autor a criação da Zona Franca de Manaus em 1967 estimulou a abertura de 898 empresas na região, sendo 116 de grande porte e devido a esta grande migração de empresas e da necessidade da mão de obra para as mesmas foi gerando um grande implemento da mão de obra na região.

2.2.3 A zona franca de Manaus: aspecto histórico e tributário

A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada pelo decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. O Governo brasileiro na época visava a criação da ZFM como uma forma de desenvolvimento da região e tinha por objetivo viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, onde fosse possível desenvolver uma forma de atrativo às empresas promovendo uma melhor integração desta região ao País (SUFRAMA, 2013).

ZONA FRANCA DE MANAUS	
Estados que participam	Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá
Principal Função	desenvolvimento da região
TRIBUTOS DESONERADOS	
II (Imposto sobre importação)	Redução de até 88%
IPI (Imposto sobre produtos industrializados)	Redução de 100%
IRPJ (Imposto de Renda da pessoa jurídica)	Redução de 75%
PIS (Programa de Integração Social)	Isento nas operações internas
COFINS (Contribuição para o financiamento da seguridade)	Isento nas operações internas
ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços)	Restituição de 55% a 100%

Figura 1: Aspectos tributários para a Zona Franca de Manaus

Fonte: Suframa, 2013.

Com relação aos tributos municipais é isento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial urbana, Taxas de Serviços de Coleta de Lixo, de Limpeza Pública, de Conservação de Vias e Logradouros Públicos e Taxas de Licença para empresas que gerarem um mínimo de quinhentos empregos, de forma direta, no início de sua atividade, mantendo este número durante o gozo do benefício (SUFRAMA, 2013).

Oliveira e Souza (2012) liga a criação da ZFM à teoria dos polos, onde trazendo grandes empresas para o local ao qual quer se desenvolver o governo desenvolve a área através da geração de mão de obra, atraindo população para o local e produção em massa das grandes indústrias. Segundo o autor o intuito inicial era desenvolver Manaus e sua região, porém como Manaus não tinha nenhum atrativo inicial, foi assim então criado os incentivos para a área, o polo de Manaus atrai grandes empresas não só pelos incentivos concedidos, mas também pela infraestrutura gerada, presença de indústrias fornecedoras de insumos, disponibilidade de mão de obra, entre outros fatores.

2.3 A DESONERAÇÃO COMO FORMA DE INCENTIVO FISCAL: CONCEITO E APLICAÇÃO

Conforme Santos (2007), a desoneração é exercida pelos entes federados através de suas competências tributárias, e esta competência tributária consiste em uma autorização para exercer o poder tributário, e esse poder pode ser exercido tanto para a criação de tributos, como para a criação de isenções, deixando desta forma de arrecadar determinado tributo, assim entende que a prática da isenção deve ser dentro da competência tributária que foi designada a cada ente estatal pelo legislador de acordo com o previsto na Constituição Federal de 1988, onde a competência tributária prevê a atuação de cada ente federativo: União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Para Barbosa (2008), a renúncia tributária do Estado através da isenção tem como objetivo uma contrapartida de desenvolvimento social para a região incentivada, ou seja, o ente público nunca renunciará uma receita tributária sem que essa renúncia traga algum benefício para a administração pública em detrimento à sociedade. Ainda afirma Barbosa (2008) que com a prática da isenção tributária, o Estado quebra a uniformidade do imposto e retira do contribuinte a obrigação do recolhimento deste, afim de uma expansão econômica de certa região ou atividade.

A desoneração fiscal para Mendes (2000), é uma renúncia fiscal do ente público, e refere-se a tudo aquilo que a legislação fixa como “favor fiscal” (*grifo nosso*), ou seja, aquilo que o fisco deixa de arrecadar em favor de outrem. Estes favores fiscais são concedidos a setores ou regiões, por meio de isenções, redução de base tributável ou alíquotas.

De maneira a exemplificar o impacto na arrecadação dos tributos atingidos pelos incentivos fiscais no Brasil, destaca-se segundo Siqueira (2013), as desonerações ocorridas no mercado brasileiro em 2013 fornecidas pela Receita Federal do Brasil, onde o grande objetivo foi estimular o setor de produção ou comercialização do País, deixando o governo brasileiro de arrecadar R\$ 51.050.000.000 no acumulado de 2013 até agosto por conta das desonerações tributárias, mais do que no mesmo período de 2012, quando a renúncia fiscal importou em R\$ 29.712.000.000. Segundo o autor, em 2013, a desoneração da folha salarial diminuirá R\$ 9.756.000.000 a menos na arrecadação, assim como as reduções no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) com R\$ 7.520.000.000, e a Cide-Combustível, com R\$ 7.5.000.000.

Considerando o cenário apresentado, Siqueira (2013) conclui que estas renúncias apesar de serem de números elevados serviram para alavancar a produção do País e incentivar a contratação de mão de obra, conforme relata a produção de bens móveis, com destaque para a produção de automóveis, que cresceu 7.3% em 2012.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada é de pesquisa descritiva, bibliográfica e pesquisa de campo, associada ao desempenho de órgãos públicos e privados na disseminação da educação fiscal onde contempla o ambiente e a classificação da pesquisa, o método, a abordagem da pesquisa, o universo, a técnica e os instrumentos de coleta de dados e por fim a forma de tratamento dos dados.

O ambiente no qual a pesquisa foi realizada é o município de Guajará Mirim, Estado de Rondônia.

Do ponto de vista de sua classificação, trata-se de pesquisa exploratória e descritiva, pois Beuren (2003) argumenta que pesquisas exploratórias são utilizadas para realizar um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa que será realizada, familiarizando-se como fenômeno que está sendo investigado. E segundo Beuren (2003), a descritiva se preocupa em observar os fatos, registrá-los, interpretá-los e os resultados obtidos podem contribuir no sentido de identificar relações existentes entre as variáveis estudadas. No caso desta pesquisa, foi exploratória na verificação da percepção dos empresários da área de livre comércio de Guajará-Mirim, Rondônia, acerca das vantagens, desvantagens e desafios enfrentados a partir da desoneração fiscal concedida pelo convênio 65/88 estendido pelo convenio 52/92.

Quanto à abordagem, a pesquisa é de natureza qualitativa, que de acordo com Beuren (2003), as pesquisas que empregam metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis e poder contribuir no processo de mudança de determinado grupo. Nesta perspectiva a pesquisa classifica-se como qualitativa, pois analisou a partir dos dados levantados, a percepção dos empresários acerca das vantagens, desvantagens e desafios enfrentados na atividade empresarial na ALC.

Pertinente ao universo da pesquisa foram as 62 empresas associadas junto a Associação Comercial e Industrial de Guajará-Mirim, RO (ACISGM), pois o município em estudo não possuía no ano de 2013 uma secretaria municipal de indústria e comércio de maneira a estratificar o quantitativo de empresas instaladas no município e estabelecer uma amostra. Então, foram pesquisadas todas as empresas associadas à ACISGM. As empresas pesquisadas estão situadas no setor comercial da cidade ficando distribuído nas avenidas conforme figura abaixo.

SETOR COMERCIAL DE GUAJARÁ-MIRIM, RONDÔNIA:	a) Av. Lewerger
	b) Av. Constituição
	c) Av. Beira Rio
	d) Av. 15 de Novembro
	e) Av. Antonio Correia da Costa
	f) Av. Dr. Mendonça Lima
	g) Av. Costa Marques
	h) Av. Leopoldo de Matos
	i) Av. Princesa Izabel

Figura 2: Principais avenidas da área Comercial de Guajará-mirim

Fonte: ACISGM (Associação Comercial e Industrial de Guajará-Mirim, RO) 2013.

Quanto a técnica de coleta de dados utilizou-se de questionários roteiros semiestruturados. A pesquisa foi realizada em duas etapas: 1 – Realização de contato com a Associação Comercial e Industrial de Guajará-Mirim, RO (ACISGM), para levantamento do quantitativo de empresas localizadas no setor comercial do município.

2- De acordo com a metodologia de pesquisa, a pesquisa de campo foi aplicada os questionários roteiros com os empresários atuantes em Guajará-Mirim, de maneira a responder os objetivos propostos neste projeto de pesquisa.

Por fim, o tratamento dos dados utilizado foi a técnica de análise de conteúdo, considerando ser a análise mais adequada, já que os dados brutos levantados só terão sentido ao serem trabalhados de acordo com uma técnica de análise apropriada. Para Flick (2009), a análise de conteúdo, além de realizar a interpretação após a coleta dos dados, desenvolve-se por meio de técnicas mais ou menos refinadas e dessa forma, esta metodologia vem se mostrando como uma das técnicas de análise de dados mais utilizada no Brasil, especialmente em pesquisas qualitativas.

Para Bardin (2006), a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e a inferência desta nos indicadores quantitativos ou não. Nesta pesquisa, o tratamento dos dados evidenciou o nível de percepção dos empresários, acerca das vantagens, desvantagens e desafios enfrentados na atividade comercial na ALC em Guajará-Mirim

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados e a análise dos dados da pesquisa. As categorias de análise foram elaboradas com base nas respostas do questionário semiestruturado e estão divididas 05 seções:

- Guajará-mirim e a Área de Livre Comércio (ALC);
- As formas de tratamento fiscal previstas para a área de livre comércio de Guajará-mirim, Rondônia (ALC);
- Caracterização dos empresários pesquisados;
- A percepção dos empresários quanto aos aspectos motivadores para a instalação empresarial em Guajará-mirim;
- Atuação empresarial na ALC: benefícios e desafios.

4.1 GUAJARÁ-MIRIM E A ÀREA DE LIVRE COMÉRCIO (ALC)

As áreas de livre comércio do município (ALC) foram criadas para promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental e em Macapá/Santana, com o objetivo de integrar estas áreas ao restante do País. Assim o critério de benefícios foi semelhante aos da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA, 2013).



Figura 3: mapa do estado de Rondônia e localização do município de Guajará-mirim. Fonte: IBGE (2010).

O município é a única cidade do Estado de Rondônia beneficiada com incentivo fiscal. A lei 8210 (1991) criou a área de livre comércio no município com o objetivo de incentivar o desenvolvimento local e reintegrar a região ao restante do País. Localizada na região sudoeste do Estado de Rondônia, fazendo fronteira com a Bolívia, foi elevado à categoria de Município e Comarca, em 12 de julho de 1928, pela lei 991 (SUFRAMA, 2013).

Com uma população de aproximadamente 41.656 pessoas e com uma economia que gira em torno da indústria, da agropecuária e da prestação de serviços, Guajará-mirim, possui um Produto Interno Bruto (PIB) de 531.325 reais, sendo a oitava cidade em número de habitantes no Estado de Rondônia, conforme dados do IBGE (2010).

Com o objetivo de incentivar o desenvolvimento local, A União e o Estado de Rondônia, por meio da criação no ano de 1991 a área de livre comércio (ALC), verificou-se no município um crescimento acentuado no nível de população e a necessidade cada vez maior de investimentos na área empresarial (SUFRAMA, 2013). As mercadorias destinadas a estas áreas são suspensas do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), imposta sobre produtos industrializados (IPI) e imposto sobre importação (II), convertendo em isenção após comprovada a efetiva utilização das compras no local (SUFRAMA, 2013).

A lei 10.996 (2004), reduz a 0 (zero) a alíquota da contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS) e do programa de integração social (PIS) desde que a mercadoria seja para efetivo uso ou venda na região incentivada, não sendo retirada desta área, onde as leis citam o termo desinternamento, que se traduz na retirada da mercadoria da área de incentivo. (BRASIL, 2013).

4.2 AS FORMAS DE TRATAMENTO FISCAL PREVISTA PARA A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE GUAJARÁ-MIRIM, RONDÔNIA (ALC)

Conforme Santos (2007), a competência tributária consiste em uma autorização para exercer o poder tributário, onde a prática da isenção prevê a atuação de cada ente federativo: União, Distrito Federal, Estados e Municípios.

Considerando a necessidade e a importância dos conhecimentos pertinentes em matéria tributária que versa sobre os incentivos fiscais existentes para o desenvolvimento local de uma região, o que neste estudo se destaca por ser um município incentivado na região Norte do Brasil, propôs-se identificar a legislação tributária prevista para este fim conforme a figura abaixo:

TRIBUTOS	TRATAMENTO TRIBUTÁRIO EM GUAJARÁ MIRIM	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
ICMS	ISENTO%	Convênio ICMS 65/88
PIS	ALÍQUOTA 0%	Lei 10.637/2002
COFINS	ALÍQUOTA 0%	Lei 10.833/2003
IPI	ISENTO%	Decreto Federal 7212/2010

Figura 4: O tratamento fiscal em Guajará-mirim.

Fonte: Dados da pesquisa.

As operações que destinam mercadorias para a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, conforme demonstrado na figura 3 são isentas do ICMS e IPI, e tributadas à alíquota zero (0) do PIS e da COFINS (SUFRAMA, 2013). Para maior compreensão sobre a contribuição da legislação para o município incentivado, destacam-se os critérios mais relevantes dos decretos e leis citados acima:

- a) Critério do Convênio ICMS 65/88 para a isenção do ICMS: Para usufruir do benefício da isenção do ICMS, dentre outras obrigações, a empresa estabelecida na ALC, deverá adquirir mercadoria de origem nacional, que deverá ser utilizada para

comercialização ou industrialização exclusivamente no município incentivado (Guajará-mirim) (BRASIL, 1988);

- b) Critérios da Lei 10.996/2004 para redução da alíquota zero (0) do PIS e da COFINS: A lei estabelece que para obter a redução a zero da alíquota das contribuições acima mencionadas, assim como o ICMS, a empresa deverá utilizar a mercadoria adquirida no seu processo industrial ou comercializá-la dentro do município de Guajará-mirim (BRASIL, 2004); e
- c) Critérios do Decreto Federal 7212/2010 para a isenção do IPI: Conforme o decreto federal, a mercadoria adquirida com destino a Guajará-mirim será suspensa do IPI, sendo isentado no momento de sua entrada na ALC. O reconhecimento da isenção do IPI se dá por intermédio da comprovação da entrada da mercadoria em Guajará-mirim mediante fiscalização da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) (BRASIL, 2010)

Portanto, conforme estabelecido em suas regulamentações, para auferir os benefícios da ALC, as mercadorias adquiridas são para uso exclusivo em Guajará-Mirim, tanto no emprego da produção, quanto para a comercialização. Porém na possibilidade de ocorrência divergente ao estabelecido, isto é, ocorrer que tais mercadorias vierem a ser retiradas para uso fora da ALC, os tributos desonerados no momento da compra deverão ser recolhidos e este será mediante a aplicação prevista nas leis e decretos que regulam os respectivos tributos (BRASIL, 1988).

4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS PESQUISADOS

A pesquisa foi realizada com 62 empresários atuantes na área de livre-comércio de Guajará-Mirim. Destaca-se o perfil socioeconômico dos pesquisados, evidenciando a função profissional dos empresários, a escolaridade, a imigração para Rondônia e o tempo de atuação da empresa pesquisada no município.

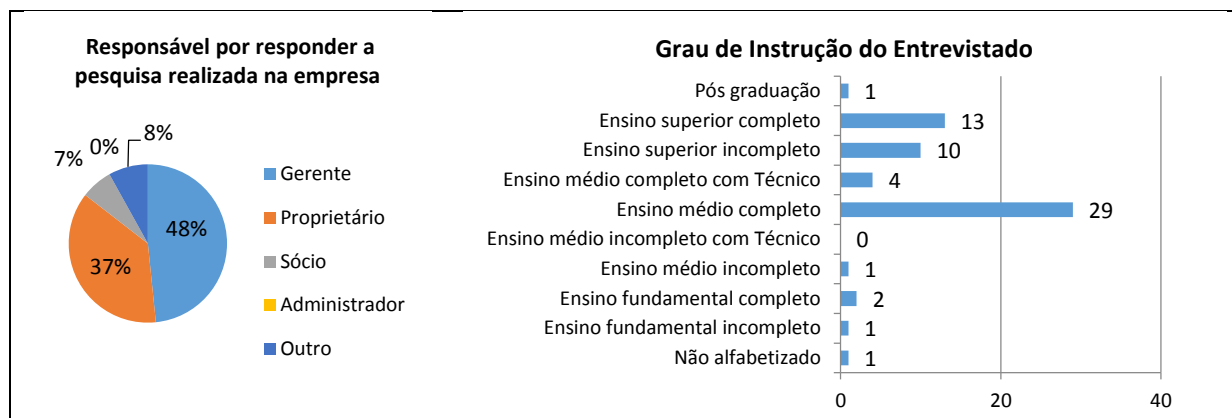


Figura 5: Responsáveis pela empresa e seus respectivos grau de instrução.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Questões: 1 e 4

Pertinente à função exercida dos empresários nas empresas pesquisadas, destaca-se os Gerentes (48%) e os proprietários (37%), identificando a baixa permanência dos sócios e dos profissionais administradores nas empresas.

Considerando à escolaridade dos empresários, destacam-se os 47% que possuem o ensino médio completo e os 39% que cursam ou concluíram o ensino superior, com ênfase para a administração, Ciências Contábeis e Gestão Ambiental.

Com relação à origem (naturalidade) dos participantes da pesquisa, observa-se abaixo a prevalência dos nascidos no município de Guajará-Mirim.

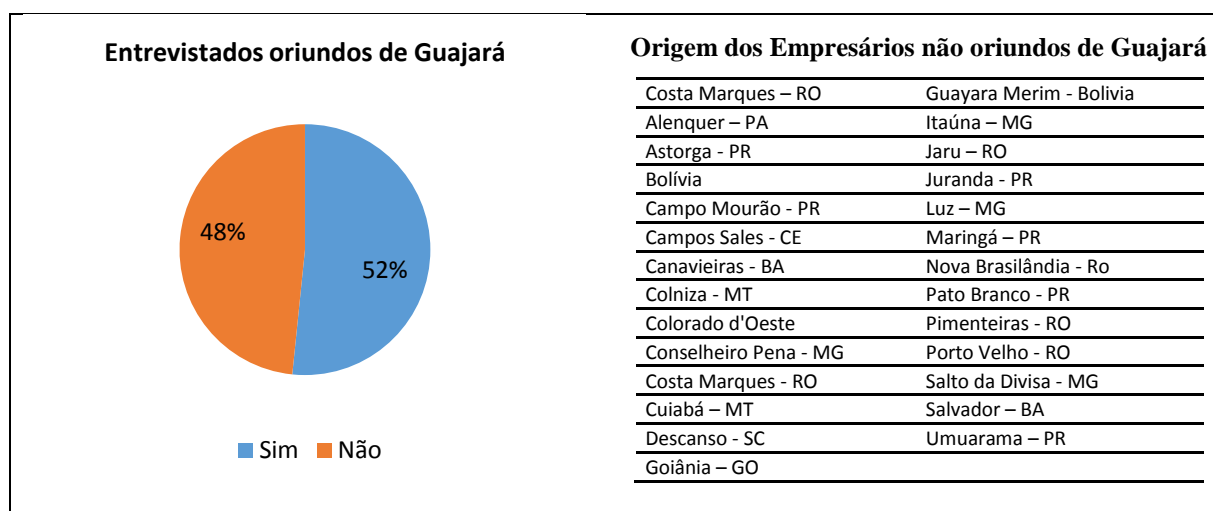


Figura 6: Tempo de Atuação das empresas em Guajará-Mirim

Fonte: Dados da Pesquisa

Dos pesquisados, 52% são oriundos de Guajará-Mirim, sendo que grande parte dos empresários constituíram suas empresas na década de 90, e desta forma, acompanhando o desenvolvimento da região até os dias de hoje.

Observa-se que dos 48% oriundos de outras cidades ou regiões do país, destaca-se:

- a) Cuiabá, Mato Grosso (18%);
- b) Bolívia (12%); e
- c) Outros municípios de Rondônia (70%).

A figura abaixo evidencia os ramos predominantes das empresas pesquisadas e o tempo de atuação empresarial em Guajará-Mirim.

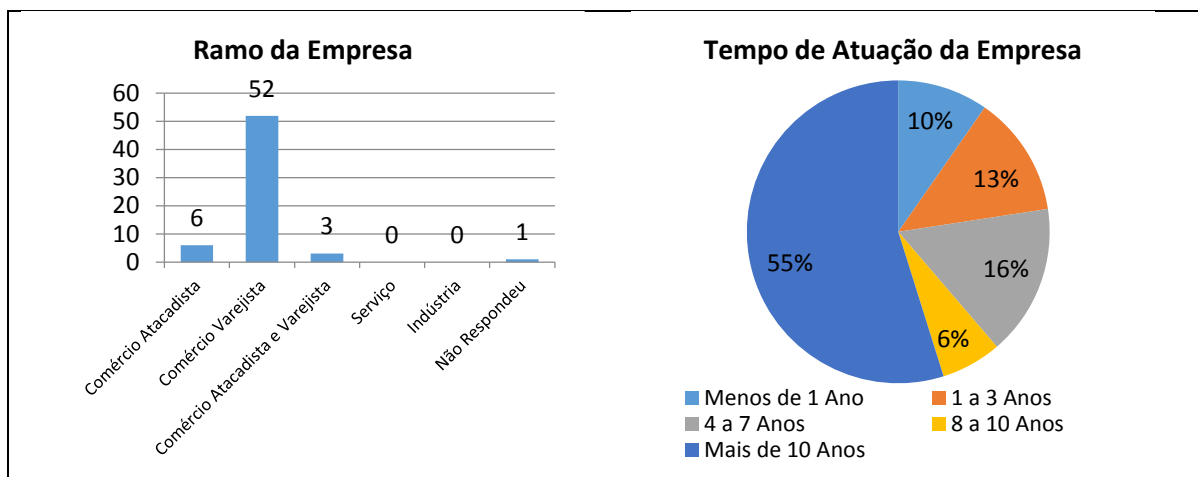


Figura 7: Ramo Empresarial e Tempo de Atuação das empresas em Guajará-Mirim
Fonte: Dados da Pesquisa

O comércio varejista é o predominante entre os ramos pesquisados (84%). Contudo, as empresas que atuam no ramo atacadista (16%) são as exportadoras, devido ao município estar em uma área fronteiriça, beneficiando a prática da exportação. Cabe ressaltar que 55% dos estabelecimentos pesquisados possuem mais de 10 anos de atuação em Guajará-Mirim, e 45% possuem em média de 1 a 8 anos de atuação.

4.4 A PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS QUANTO AOS ASPECTOS MOTIVADORES PARA A INSTALAÇÃO EMPRESARIAL EM GUAJARÁ-MIRIM.

Conforme afirmam Biral e Cruz (2012), a criação dos benefícios para a região norte, era o meio pelo qual o governo procurava alavancar o desenvolvimento da região atraindo empresas, através da concessão de benefícios fiscais.

Neste tópico são apresentados os dados quanto à motivação dos pesquisados para empreender suas empresas em Guajará-Mirim e o nível de percepção dos empresários quantos aos benefícios concedidos na ALC:

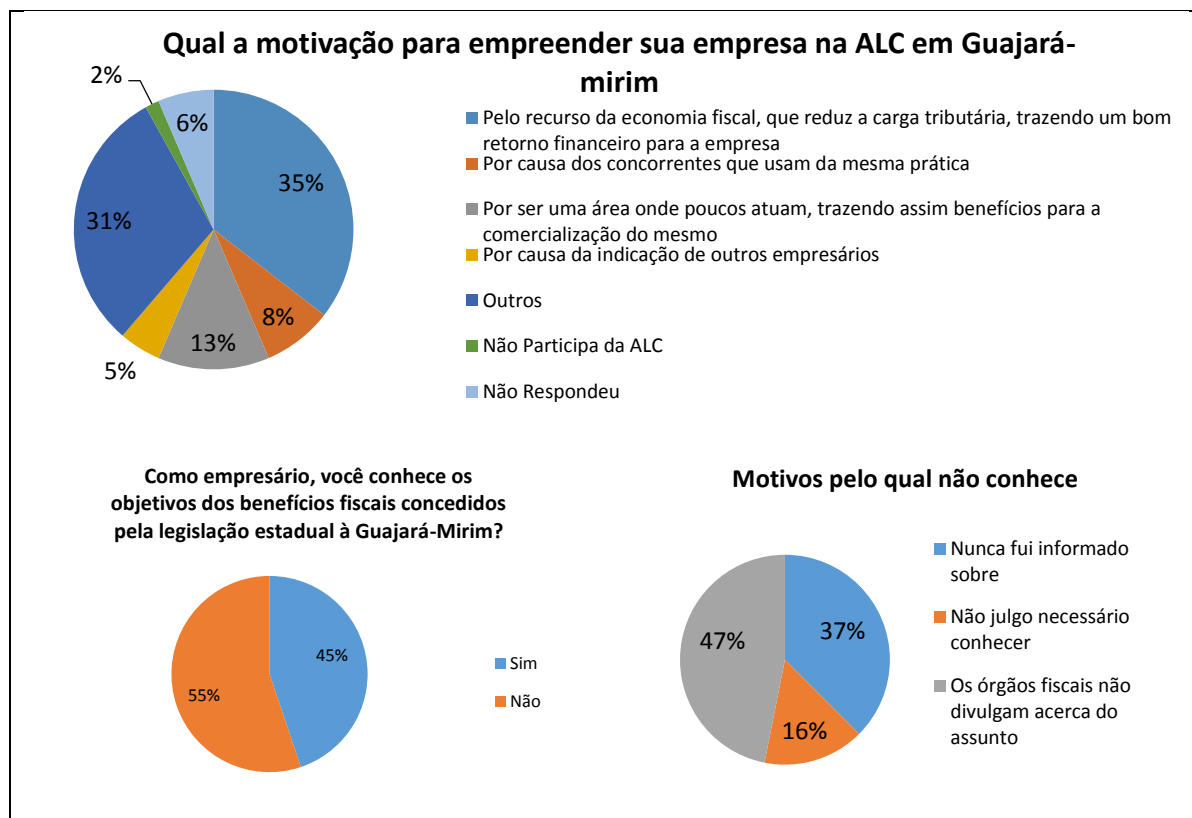


Figura 8: Motivação e percepção quanto aos benefícios na atuação empresarial em Guajará-mirim
Fonte: Dados da Pesquisa

O incentivo concedido pela desoneração fiscal é o principal motivo que segundo os empresários (35%) os motivou para empreender na ALC de Guajará-Mirim, onde se relata o auge da migração e a permanência de turistas atraídos pelos baixos preços oriundos do comércio varejista em consequência dos incentivos da ALC, o que reduzia significativamente o custo da aquisição do produto estrangeiro. Outros destaques importantes do estudo foram os 31% que elegeram a opção “outros”, com destaque para:

- Mercado atrativo para empreender (31%);
- Pela necessidade de obtenção de renda e a família estarem nas proximidades de Guajará-Mirim (26%);
- Conquista de mercado (expansão de filiais) (16%).
- Herança empresarial familiar (16%);
- Facilidade de exportação para a Bolívia (7%); e
- Baixo custo de mão de obra (4%).

Observa-se que 45% dos empresários possuem boa percepção acerca do conhecimento das vantagens e objetivos dos incentivos concedidos a Guajará-Mirim. Contudo, grande parte dos empresários que alegaram não conhecer tais objetivos responsabilizam o poder público

estadual pela não divulgação de cartilhas ou outros instrumentos “didáticos” (*grifos nosso*) que auxilie neste processo.

4.5 ATUAÇÃO EMPRESARIAL NA ALC: BENEFÍCIOS E DESAFIOS

Conforme Mendes (2000), a desoneração é uma renúncia fiscal do ente público, assim através destas renúncias as empresas são beneficiadas com redução de seus custos para a prática empresarial. Já Rodrigues (2005), afirma que os incentivos são concedidos para o desenvolvimento local, principalmente em regiões de difícil acesso ou afastadas de polos comerciais.

No que concerne à atuação empresarial em Guajará-Mirim, grande parte dos empresários relataram que o maior benefício da ALC está no incentivo fiscal concedido na compra das mercadorias, deixando assim, de auferir o crédito tributário do ICMS pago nos regimes normais de operação em regiões não atingidas pelo incentivo tributário. Outrossim, 21% dos empresários afirmaram que o benefício está ligado à economia no custo do produto ou mercadoria, já que a ALC proporciona esta contenção na redução da carga tributária.

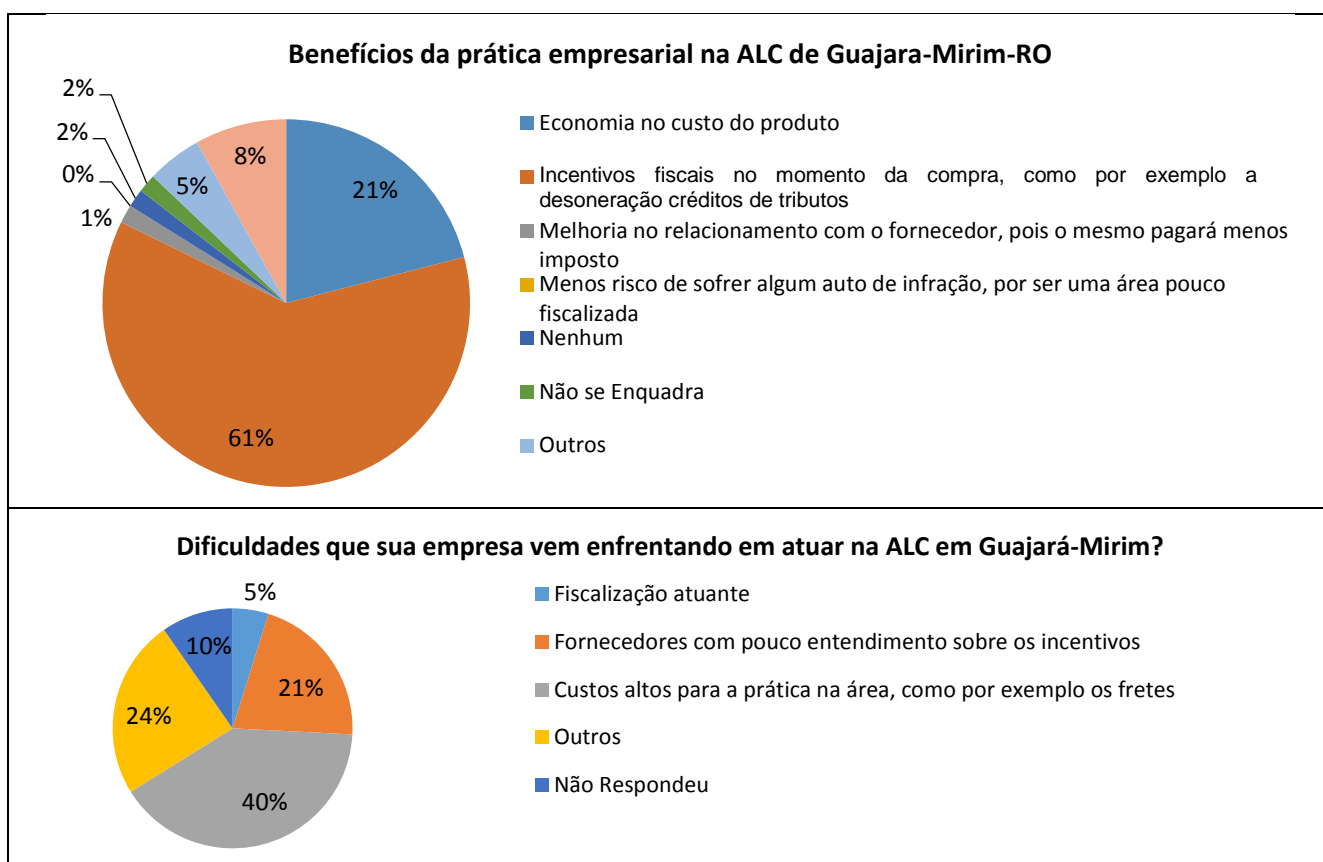


Figura 9: Benefícios e dificuldades na atuação empresarial em Guajará-Mirim

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme Filho Amaral (2010), o incentivo está ligado ao problema que aquela região tem em relação a outras regiões no campo do desenvolvimento.

Quando perguntados sobre as principais dificuldades enfrentadas na operacionalização empresarial na ALC, 40% dos empresários relataram o elevado custo operacional na logística dos produtos tanto na compra quanto na venda que na percepção dos empresários está relacionado principalmente com a localização geográfica do município com as demais cidades do Estado e de fragilidade das vias públicas de transporte que interligam tais regiões.

Por outro lado, 21% alegaram dificuldades com o desconhecimento por parte dos fornecedores relacionados ao envio de mercadoria tributada para a ALC, acarretando demora e morosidade no processo de devolução para a devida correção da transação comercial, conhecida pelo fisco como “desinternamento fiscal”. Aspectos como concorrência de mercado e, o excesso da carga tributária na venda interna dos produtos na ALC foram as principais dificuldades citadas pelos 24% dos pesquisados.

Para Barbosa (2008), com a prática da isenção tributária, o Estado quebra a uniformidade do imposto e retira do contribuinte a obrigação de recolhimento deste tributo. Ferreira (2013), afirma que as criações dos incentivos fiscais foram capazes de permitir a instalação de empresas de grande porte na região.

A seguir, será apresentada a percepção os empresários da ALC sobre a aplicação dos ganhos adquiridos através dos benefícios fiscais e algumas considerações acerca do faturamento mensal das empresas pesquisadas no ano de 2013.

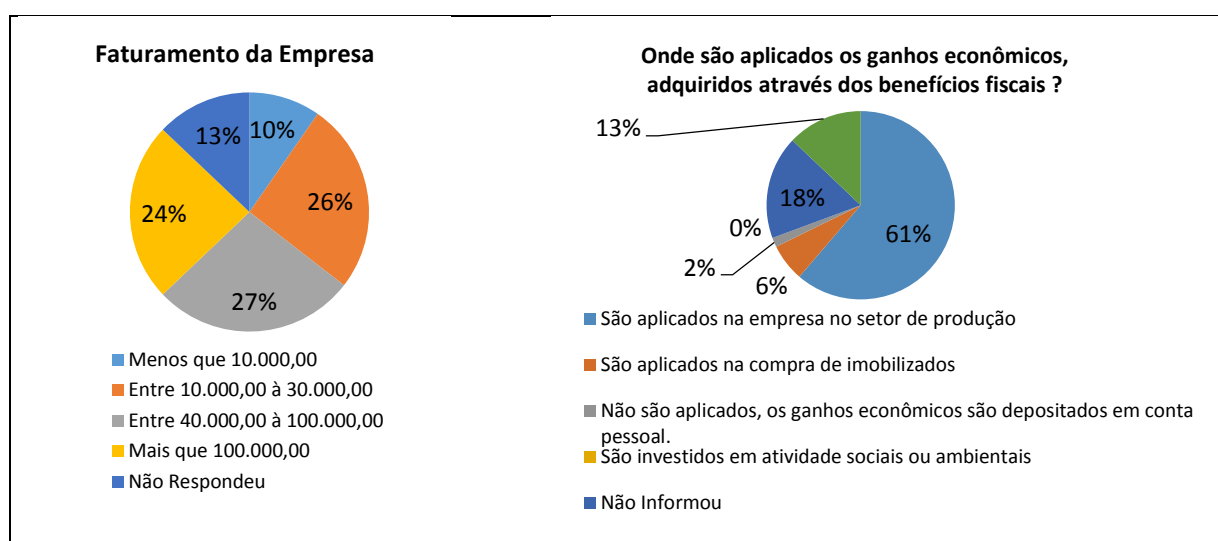


Figura 10: Faturamento e destinação dos ganhos econômicos das empresas atuantes em Guajará-mirim
Fonte: Dados da Pesquisa

Pertinente ao faturamento médio mensal das empresas pesquisadas pode-se destacar:

- a) 36% faturam mensalmente até R\$ 30.000,00; e
- b) 51% faturam entre R\$ 40.000,00 a acima de R\$ 100.000,00.

Com relação à aplicação dos ganhos auferidos pela economia fiscal adquirida pelo não pagamento dos tributos na área incentivada de Guajará-Mirim, observa-se que 67% das empresas investem os ganhos no setor operacional da entidade, os quais se podem citar:

- a) Aquisição de imobilizados;
- b) Compra de novos produtos;
- c) Logística (frete) dos produtos nas compras e nas vendas; e
- d) Repasse aos clientes na diminuição do preço de venda das mercadorias.

Os dados abaixo evidenciam o fluxo financeiro de compra e venda das mercadorias comercializadas na ALC no ano de 2013.

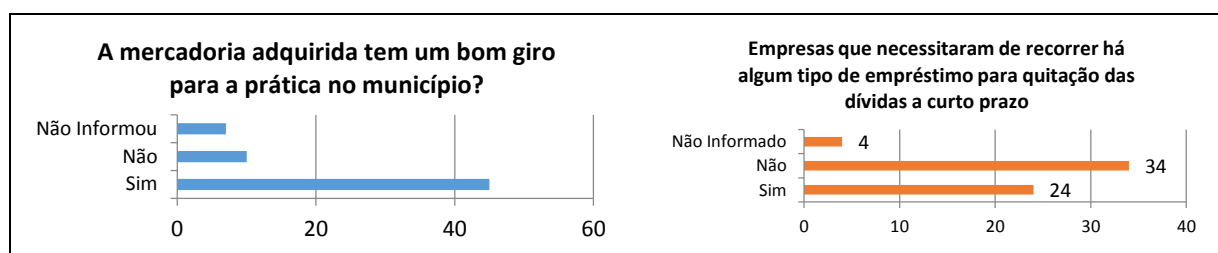


Figura 11: Concepção quanto ao giro da mercadoria e empresas que necessitaram de empréstimos
Fonte: Dados da Pesquisa

Em resposta, 73% dos empresários afirmaram que as mercadorias são comercializadas no curto prazo, colaborando com o fluxo de liquidez corrente da entidade, confirmando desta forma, o contingente de 55% dos empresários não terem auferido empréstimo para o cumprimento das obrigações vencíveis em curto prazo.

Como o objetivo principal deste estudo foi verificar a percepção dos empresários da ALC acerca das vantagens, desvantagens e desafios enfrentados a partir da desoneração fiscal concedidas pelos Convênios Federais 65/88 e 52/92, foram investigados se a atuação empresarial no município vem sendo vantajosa para as entidades instaladas no município de Guajará-mirim, onde se pode destacar, conforme a figura abaixo:

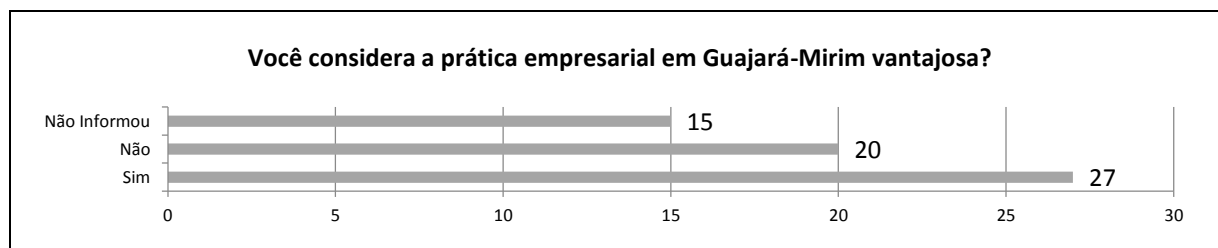


Figura 12: Julgamento dos empresários quanto a prática empresarial ser vantajosa em Guajará-mirim

Fonte: Dados da Pesquisa

Dos empresários, 44% consideram a atuação empresarial em Guajará-mirim vantajosa, principalmente pelos incentivos fiscais providos pela ALC, desonerando desta forma os valores dos produtos adquiridos e comercializados na ALC. Contudo, 32% dos empresários alegaram certa insatisfação com a atuação empresarial no Município, que segundo a percepção dos pesquisados os desafios a serem enfrentados nos próximos anos perpassam nas perspectivas elencadas abaixo:

a) Investimento em infraestrutura (urbana e comercial): A falta de infraestrutura urbana e comercial do município foi destacada pelos empresários como necessidade primordial para o desenvolvimento de Guajará-Mirim nos próximos anos. Aspectos como a não observância do plano diretor na ampliação da cidade e da região comercial contribui para a deficiência na urbanização e no mau planejamento do comércio.

A falta de infraestrutura portuária para importação e exportação de mercadorias foi apontada pelos atacadistas como outra necessidade primordial, já que a cidade possui atividades comerciais destinadas a este fim e as mercadorias são transportadas em embarcações rudimentares para a Bolívia, dificultando em muito a agilidade da entrega dos produtos. A viabilização de uma ponte ligando Guajará-Mirim a Guayaramerin - Bolívia é percebida pelos empresários como uma forma definitiva para resolver o fluxo de exportação e importação entre o Brasil e Bolívia, aumentando desta forma os benefícios ao Município.

As más condições da rodovia Federal entre Guajará-Mirim e a capital Porto-Velho foi citado pelos empresários como desafio frequentemente enfrentado no escoamento das mercadorias para os demais Municípios de Rondônia uma vez que o Município não possui acesso aeroportuário dificultando além do escoamento da produção o fluxo turístico para a cidade.

b) Políticas Públicas de incentivo ao desenvolvimento local (captação de recurso, projetos para estruturação da produção, incentivo a educação, cultura e turismo):

- Órgãos de acompanhamento das atividades empresarial e industrial: No Município não existe atuação de um órgão vinculado à prefeitura para acompanhamento e fomento das atividades empresariais e industriais existentes dificultando desta forma a articulação junto ao poder público, recursos para feiras e eventos regionais. A realização de projetos que incentivem a implantação de novas empresas ou o desenvolvimento daquelas já existentes na região, a exemplo das Secretarias de Indústrias e Comércio instaladas na maioria das cidades de Rondônia. Entretanto, destaca-se a atuação na cidade da Associação Comercial e Industrial de Guajará-Mirim, RO (ACISGM), com estratégias voltadas para este fim, contudo, sua atuação fica restrita apenas para as empresas associadas.

- Incentivo à Educação: A falta de projetos de investimentos na educação profissional foi citada pelos empresários como outro desafio importante para o crescimento empresarial de Guajará-mirim. Além das deficiências com o ensino fundamental foi relatada a falta de políticas que incentivem o fomento do ensino profissional, principalmente nas áreas de qualificação em vendas, mão de obra na prestação de serviços de hotelaria, panificação, confeitaria, gastronomia e construção civil, inibindo desta forma a melhoria do atendimento ao turista e a população de modo geral com o consumo de serviços desta natureza.

- Incentivo à cultura e ao turismo: A falta de investimentos na cultura e no turismo de Guajará-mirim foi relatada pelos empresários como outro desafio a ser superado para contribuir com o desenvolvimento empresarial do Município, devido a cidade ser considerada ponto turístico, histórico e cultural na formação do Estado de Rondônia. O destaque da história de Guajará Mirim se deu pela construção da linha Férrea Madeira Mamoré no ano de 1912, que o destacou no processo de escoamento da borracha até à capital Porto Velho. Silva (1984). Por sua grande contribuição histórica e cultural, os empresários exprimiram a necessidade de investimento na restauração da estrada de ferro e na melhoria das condições estruturais do museu do município para melhor comportar o seu conteúdo histórico e patrimonial e permitir um maior número de turistas, divulgando desta forma a história não só de Guajará-Mirim, mas da Amazônia e do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa pautou-se em verificar a percepção dos empresários quanto às vantagens, desvantagens e desafios enfrentados a partir da desoneração fiscal concedida pelos convênios 65/88 e 52/92 na área de livre comércio de Guajará Mirim, onde serão citados abaixo os resultados mais importantes do estudo.

Com relação às formas de tratamento fiscais previstas na legislação para Guajará-Mirim, o estudo mostrou que são incentivados os tributos federais como o PIS, COFINS e o IPI, ao incentivo estadual, onde a isenção está no ICMS. Outro fator importante de estudo está na permissão para o uso dos benefícios apenas para as empresas instaladas na ALC e a comercialização dos produtos está restrita apenas na área incentivada.

Quanto à motivação dos empresários para o empreendedorismo em Guajará-Mirim, o destaque da pesquisa está no motivo da economia fiscal dos impostos realizada no momento da compra das mercadorias, utilizando desta forma, a desoneração fiscal concedida na região como principal fator para a diminuição do valor das mercadorias na comercialização.

Além da importante vantagem adquirida pela economia fiscal no valor das mercadorias, a percepção dos pesquisados, acerca dos desafios enfrentados na atividade empresarial, está na dificuldade logística de escoamento da produção, enfrentada no Município por 40% dos empresários, que relataram os custos de transporte tanto na compra quanto na venda das mercadorias como principal dificuldade, devido à localização geográfica do Município com as demais cidades do estado e devido à fragilidade das vias públicas que interligam a região.

No que diz respeito às políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento local, a falta de um órgão ligado à Prefeitura, para o acompanhamento e fomento das atividades empresariais, a falta de projetos de qualificação profissional principalmente nas áreas de vendas e de serviços de hotelaria, panificação, confeitaria, gastronomia e construção civil e a falta de investimento no turismo e na cultura local foram apontadas pelos empresários como um desafio a ser conquistado pelo município nos próximos anos, pois apenas a concessão de benefícios nos impostos não deverá ser suficiente para o crescimento e desenvolvimento do Município, sem a melhoria dos serviços necessários ao recebimento ao turista e ao atendimento à população de modo geral.

Por fim, o estudo mostrou que mesmo com as vantagens da criação da ALC, quanto à desoneração fiscal, as empresas estabelecidas em Guajará-Mirim enfrentam problemas e

desafios quanto à falta de investimentos das políticas públicas nas áreas de educação, urbanização ligada ao setor empresarial, que na percepção dos empresários suplantam os benefícios concedidos ao Município. Portanto, a concessão de benefícios não são suficientes para que uma região se desenvolva, é preciso implantar projetos que ofereçam melhorias para a população destas regiões e ter um acompanhamento mais rigoroso da aplicação destes pelas esferas Federal e Estadual.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre Portela. 06 de dezembro de 2008. **Recanto das letras**. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/1322044>> Acesso em: 16 ago. 2013.

BARDIN, I. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BIRAL, Marcela Bellato; CRUZ, Rogério Teixeira da. **a importância da manutenção dos incentivos fiscais para a criação e manutenção da zona franca de Manaus**. In: 10º Simpósio de Ensino de Graduação, 23 a 25 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/10mostra/4/259.pdf>> Acesso em: 16 ago. 2013.

BRASIL. Convenio ICMS nº 52 de 1992. **Estende às Áreas de Livre Comércio dos Estados do Amapá, Roraima e Rondônia os benefícios do Convênio ICM 65/88, de 06.12.88**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/icms/1992/CV052_92.htm> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Convenio ICMS nº 65 de 1988. **Isenta do ICMS as remessas de produtos industrializados de origem nacional para comercialização ou industrialização na Zona Franca de Manaus, nas condições que especifica**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/icms/1988/CV065_88.htm> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Decreto **Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7212.htm> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. **Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm> Acesso em: 16 ago. 2013.

_____. Lei 10.996 de 15 de dezembro 2004. **Altera a legislação tributária federal e as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110996.htm> Acesso em 05 ago. 2013

_____. Lei 9249, de 26 de dezembro de 1995. **Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências**. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/Ant2001/lei924995.htm>> Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2010. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm> Acesso em 15 ago. 2013.

_____. Lei nº 10.637, 30 de dezembro de 2002. **Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110637.htm> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Lei nº 10.833, 29 de dezembro de 2003. **Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências**. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2003/lei10833.htm>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Lei nº 8.210, de 19 de julho de 1991. **Cria a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências**. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8210-19-julho-1991-365457-norma-atualizada-pl.html>> Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. Portaria RFB nº 896, de 05 de abril de 2012. **Disciplina as atividades relacionadas à Educação Fiscal no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil**. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Portarias/2012/portrfb8962012.htm>> Acesso em: 18 ago. 2013.

CASSES, Rafael Fiuza. **O estado fiscal na era da cidadania fiscal**. Revista Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 74, mar 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7363>. Acesso em: 10 ago. 2013.

COELHO, Isaias; SANTI, Eurico Marcos Diniz de. **Contribuinte não pode ser visto como criminoso**. Revista Consultor Jurídico, 25 de abril de 2013. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2013-abr-25/contribuinte-brasileiro-nao-visto-potencial-criminoso>> Acesso em: 10 ago. 2013.

FARIAS, Viviane Lameira. **Imposto de renda pessoa jurídica: um estudo de caso dos incentivos fiscais em uma empresa comercial**. Santa Catarina- RS, 2011. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/contabeis/?page_id=236> Acesso em: 18 ago. 2013.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Desenvolvimento industrial da zona franca de Manaus: paradigmas e propensões**. In. Revista da, 2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/sti/indbrasopodesafios/revuniamazonas/art5SylvioPuga.pdf>> Acesso em 15 ago. 2013.

FILHO AMARAL, Jair do. **Incentivo fiscal como instrumento de desenvolvimento local ou regional**. Revista Desenhahia nº12. Março de 2010. Disponível em: <http://www.desenhahia.ba.gov.br/uploads/2508201114531875_Cap1.pdf> Acesso em: 15 ago. 2013.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Trad. J. E. Costa, Trad. São Paulo: Artmed, 2009.

GALVÃO, Raimundo Marcelo Mercês. **A educação fiscal como um exercício da cidadania**, – Rio de Janeiro: ESG, 2011. Disponível em: <<http://www.esg.br/uploads/2012/03/GALVAORaimundo.pdf>> Acesso em: 29 jul. 2013.

GONÇALVES, Josélia Maria. **A educação fiscal como instrumento de cidadania**. Revista Vox – nº2, Jan – Jun – 2010. Disponível em: <<http://www.revistavox.fadileste.edu.br/download/artigo2.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2013.

GRZYBOVSKI, Denize; HAHN, Tatiana Gaertner. **Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, outubro 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000500005&lng=en&nrm=iso> Acesso 10 ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=110010&search=rondonia|guajara-mirim|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>> Acesso em: 19 Jan. 2014.

MENDES, Constantino Cronemberger. **A Política Regional nas Renúncias Fiscais Federais 1995/1998**. Brasília, Janeiro de 2000. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0697.pdf> Acesso em 04 nov. 2013.

OLIVEIRA, Jofre Luís da Costa; SOUZA, Romina Batista de Lucena de. **Um estudo sobre renúncia tributária e os benefícios gerados pela zona franca de Manaus**. Dezembro de 2012. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/2180/2342>> Acesso em: 16 ago. 2013.

RODRIGUES, Luiz Fernando Rocha. **Incentivos Fiscais: uma reflexão sobre a baixa utilização em projetos sócio culturais**. Agosto de 2005. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/site/_shared%5CFiles%5Ccer_tesesDissertacoesTccs%5Canx%5C20100408131727_IF_luizfernandorodrigues.pdf> Acesso em 15 ago. 2013.

SANTOS, Gustavo Leandro Martins dos. **Tratado internacional e tributos estaduais e municipais**. 2007. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp061748.pdf>> Acesso em: 16 ago. 2013.

SANTOS, Paulo Jorge Madeira dos. **A fiscalidade e a cidadania. Fiscália: revista da Direção-Geral dos Impostos. Nº 21, 1999**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.11/659>> Acesso em: 15 ago. 2013.

SEFIN. Decreto nº 16.411, de 15 de dezembro de 2011. **Promove alterações no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 8321, de 30 e abril de 1998, para disciplinar a exigência do recolhimento de ICMS devido por ocasião do desinternamento de mercadorias da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.portal.sefin.ro.gov.br/site/arquivos/anexos/397.20596010188547D11_16411_Alt_era_do_RICMS_ALCGM_\(proposta\).pdf](http://www.portal.sefin.ro.gov.br/site/arquivos/anexos/397.20596010188547D11_16411_Alt_era_do_RICMS_ALCGM_(proposta).pdf)> Acesso em: 11 ago. 2013.

SEFIN. Parecer Nº 089 de 2005. **Tratamento tributário na entrada de materiais a serem utilizados para a prestação de serviço**. Disponível em: <<http://www.portal.sefin.ro.gov.br/site/arquivos/anexos/781.650288156665P05-089.PDF>> Acesso em: 17 ago. 2013.

SILVA, Amizael Gomes da. **Um pouco da história rondoniana**. Porto Velho, SEDUC, 1984.

SIQUEIRA, Luciano. **Desoneração fiscal: uma mão lava a outra**. Setembro de 2013. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2013/09/25/desoneracao_fiscal_uma_mao_lava_a_outra_159647.php> Acesso em: 04 nov. 2013

SIQUEIRA, Marcelo Lettieri; RAMOS, Francisco S. **Evasão fiscal do imposto sobre a renda: uma análise do comportamento do contribuinte ante o sistema impositivo brasileiro**. Econ. Apl. Ribeirão Preto, v. 10, n. 3, setembro 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000300006&lng=pt&nrm=iso> Acesso 10 ago. 2013.

STROMDAHL, Rudney Lars. **Aspectos tributários e sociais dos incentivos fiscais do governo federal à cultura**. 2006. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis294183>> Acesso em 05 ago. 2013.

SUFRAMA. Modelo ZFM: **Áreas de benefícios**. Disponível em:

<http://www.suframa.gov.br/zfm_area_de_beneficios.cfm> Acesso em: 03 ago. 2013.

TORRES, Ricardo Lobo. O princípio da transparência no direito financeiro, 21 Abr. 2005.

Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28916-28934-1-PB.pdf>>

Acesso em: 30 jul. 2013.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA APLICAÇÃO AOS EMPRESÁRIOS
ATUANTES EM GUAJARÁ-MIRIM.**

Este questionário tem como objetivo aplicação de pesquisa de campo com propósito de levantamento de dados para o Trabalho de conclusão de curso da Universidade Federal do Estado de Rondônia (UNIR), sob a orientação do professor Ms. Charles Carminati de Lima.

1. Responsável da empresa pela resposta da pesquisa:

- ☐ Gerente;
☐ Proprietário;
☐ Sócio;
☐ Administrador;
☐ Outro: _____

2. O senhor é oriundo da cidade de Guajará-Mirim, RO?

- ☐ Sim ☐ Não

3. Se negativo qual sua cidade ou Estado de origem?

4. Grau de instrução do entrevistado:

- ☐ Não alfabetizado
☐ Ensino fundamental incompleto
☐ Ensino fundamental completo
☐ Ensino médio incompleto – Técnico ☐ Sim ☐ Não
☐ Ensino médio completo – Técnico ☐ Sim ☐ Não
☐ Ensino superior incompleto
☐ Ensino superior completo: qual? _____
☐ Pós-graduação

5. Ramo da empresa pesquisada:

- ☐ Comércio atacadista: _____
☐ Comércio varejista: _____
☐ Comércio atacadista e varejista: _____
☐ Serviço: _____
☐ Indústria: _____

6. Qual a motivação para empreender sua empresa na ALC em Guajará-Mirim RO?

() Pelo recurso da economia fiscal, que reduz a carga tributária, trazendo um bom retorno financeiro para a empresa?

() Por causa dos concorrentes que usam da mesma prática

() Por ser uma área onde poucos atuam, trazendo assim benefícios para a comercialização do mesmo.

() Por causa da indicação de outros empresários.

() Outros: _____

7. Há quanto tempo atua empresarialmente na cidade de Guajará-Mirim, RO?

() Menos de 1 Ano

() 1 a 3 Anos

() 4 a 7 Anos

() 8 a 10 Anos

() Mais de 10 Anos

8. Quais os benefícios provenientes da prática empresarial na ALC de Guajará-Mirim RO?

() Economia no custo do produto

() Incentivos fiscais no momento da compra, como por exemplo créditos de tributos.

() Melhoria no relacionamento com o fornecedor, pois o mesmo pagará menos imposto

() Menos risco de sofrer algum auto de infração, por ser uma área pouco fiscalizada

() Outros: _____

9. Como empresário, você conhece os objetivos dos benefícios fiscais concedidos pela legislação estadual à Guajará-Mirim?

() Sim. Cite qual (quais) _____

() Não

10. Se negativo, por que não conhece?

- () Nunca fui informado sobre
() Não julgo necessário conhecer
() Os órgãos fiscais não divulgam acerca do assunto
() Outros:_____

11. Que dificuldades sua empresa vem enfrentando em atuar na ALC em Guajará-Mirim?

- () Fiscalização atuante
() Fornecedores com pouco entendimento sobre os incentivos
() Custos altos para a prática na área, como por exemplo os fretes
() Outros _____

12. Em sua opinião quais seriam os desafios nos próximos anos para atuar neste ramo na ALC em Guajará-Mirim?

13. A mercadoria adquirida tem um bom giro para a prática no Município?

- () Sim () Não

14. Você considera a prática empresarial em Guajará-Mirim vantajosa?

- () Sim, por que?

() Não, por que?

15. Qual a média de faturamento mensal da empresa?

- () Menos que 10.000,00
- () Entre 10.000,00 à 30.000,00
- () Entre 40.000,00 à 100.000,00
- () Mais que 100.000,00

16. Alguma vez a empresa necessitou de recorrer há algum tipo de empréstimo para quitação das dívidas em curto prazo?

() Sim

() Não

17. Onde são aplicados os ganhos econômicos, adquiridos através dos benefícios fiscais?

- () São aplicados na empresa no setor de produção
- () São aplicados na compra de imobilizados
- () Não são aplicados, os ganhos econômicos são depositados em conta pessoal.
- () São investidos em atividade sociais ou ambientais. Cite _____

() Outros_____
